

**A INFLUÊNCIA DOS MANUAIS DE OFÍCIO
NA COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA DOS
SOBRADOS CARIOCAS DO FINAL DO
SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

**JULIO CESAR RIBEIRO SAMPAIO
MARÇO DE 2003**

1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

As áreas urbanas históricas são portadoras de aspectos artísticos, culturais, sociais e econômicos que as diferenciam dos demais espaços urbanos. A proteção e a conservação destas características colaboram para a manutenção da diversidade das cidades, prolongam a existência deste patrimônio e possibilitam adaptá-lo às necessidades atuais da sociedade.

A diversidade da paisagem urbana do Rio de Janeiro é marcada, entre outros aspectos, por várias tipologias arquitetônicas. Neste universo destacam-se edificações de tendências estilísticas do período eclético da história da arquitetura do Rio, construídas nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX. A maioria delas concentra-se nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural/APACs, da Área de Planejamento 1/AP1, parte central da cidade, conforme delimitação do Plano Diretor vigente, e são protegidas pelos mesmos decretos municipais que criaram estas APACs.¹

A investigação das origens e das trajetórias históricas das edificações é fundamental para o aprimoramento dos critérios de conservação existentes. A formação deste grupamento de edificações ecléticas é caracterizada por vários fatores, muitos deles já abordados pela literatura especializada da história da arquitetura e da conservação. Entretanto, algumas pesquisas indicam parcialmente a influência de manuais de ofício do período de construção deste conjunto arquitetônico. Esta pesquisa tem por finalidade aprofundar este tópico a partir de um estudo de caso visando identificar novas informações sobre aspectos estilísticos, funcionais e construtivos que possam ser integradas aos critérios de conservação adotados pelos órgão responsável pela conservação destas APACs, o Departamento Geral de Patrimônio Cultural/DGPC, da Secretaria Municipal de Cultura.

As legislações que regulavam as reformas e construções na parte central do Rio entre 1892 e 1922 determinavam que os prédios construídos fossem de, pelo ou menos,

¹ - A proteção pelo instrumento de APAC é de responsabilidade da prefeitura. Os critérios de proteção são menos restritivos que o tombamento (que pode ser federal, estadual e municipal) e normalmente tutelam modificações e acréscimos em fachadas e coberturas.

um sobrado.² O Decreto 391 de 1903 (Barros e Marques, 1908, p. 260), criado na gestão do Prefeito Pereira Passos, no Artigo 14, Parágrafo 19, determina que ‘serão de um sobrado, pelo ou menos, os prédios que se construírem na zona e rua mencionadas no parágrafo 17³. Exceptuam-se desta obrigação as Ruas da Conceição, S. Jorge, Regente, Senhor dos Passos e Luiz de Camões, da Rua do Sacramento para cima, bem assim as construções em morro ou no interior de terreno nas condições da última parte daquelle parágrafo 17.’ O Decreto 391 sugere que o termo sobrado aplica-se às edificações de mais de um pavimento. Vários pesquisadores também compreendem este termo desta maneira, como são os casos de Dora Alcântara (1980), no seu trabalho sobre o conjunto arquitetônico da Praça XV, centro da cidade, e Pedro Alcântara (1981) a respeito da SAARA, região também situada no centro. O Escritório Técnico do Projeto Corredor Cultural⁴ define sobrado da mesma forma no livro ‘Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural’, conhecido como ‘Manual do Corredor Cultural’, publicado em 1985 pela prefeitura. Entretanto, Corona e Lemos (1972, p. 7) definem sobrado da seguinte maneira:

Hoje entende-se por sobrado casa de dois ou mais pavimentos, o que não é errado, mas a extensão do termo está consideravelmente diminuída. Muitos historiadores, por exemplo, procuraram saber qual foi o primeiro “sobrado” de São Paulo, isto é, a primeira construção de dois pavimentos e acharam em inventários antigos referências a “casa de sobrado”. Evidentemente, esta simples demonstração não é suficiente para chegar-se a uma conclusão verdadeira porque o exemplar apontado como primeiro poderia ser perfeitamente casa com porão, muito comum em São Paulo, devido às diferenças de níveis dos terrenos. No alinhamento, as casas eram térreas, nos fundos “assobradadas”. Certamente, porão e piso térreo não determinam sobrados na acepção moderna do verbete e daí enganos prováveis nessas pesquisas.

² - Estas legislações são o Edital de 15/9/1892, os Decretos N° 391 de 12/2/1903, N° 1035 de 23/6/1905, N° 1087 de 6/6/1906 e N° 2123 de 15/8/1919. Estes decretos foram revogados pelo Decreto 2650 de 21/2/1922.

³ - A área definida pelo Artigo 14, Parágrafo 17 do Decreto 391/1903 é ‘compreendida pelas ruas da Prainha, Camerino, Marechal Floriano, Praça da República, nas quatro faces, Inválidos, Riachuelo, Visconde de Maranguape, e largo da Lapa até o mar, bem assim nas ruas da Lapa, Glória, Cattete, Marquez de Abrantes e Senador Vergueiro e nas praias da Lapa, Russel, Flamengo e Botafogo, salvo quando as construções forem recuadas mais de 10 metros do alinhamento da rua ou quando não forem vistas dos logradouros públicos.’

O termo ‘sobrado’, da forma como é aceito atualmente (edificação de dois ou mais pavimentos), se aplica ao conjunto arquitetônico que será estudado. Esta definição, enquadra-se nas exigências das legislações vigentes de 1892 até 1922 (período de manifestação do ecletismo carioca) para reforma e construção de edificações da parte central, que atualmente correspondem ao universo desta pesquisa, isto é, as APACs da AP1.⁵

A proteção das áreas urbanas históricas da AP1 pelo instrumento de APAC se completa com intervenções de conservação (preservação, consolidação, reprodução, reconstituição, adaptação de uso, etc.) fundamentais para a manutenção da existência dos sobrados. Existe um consenso na literatura especializada que a conservação deve ser subjetiva e se basear em estudos históricos e tipológicos. Privilegia-se o emprego de técnicas construtivas originais, porém admite-se o uso de recursos técnicos atuais, desde que testados em pesquisas e situações concretas.

A maioria das publicações da história da arquitetura brasileira e específica do Rio de Janeiro, entre elas Bruand (1981), Santos (1981), Czajkowski (2000a e 2000b), Silva (1986), Telles (1980), concentram-se em estudos de edificações paradigmáticas portadoras de notáveis valores artísticos e históricos. Por outro lado, os trabalhos de Fabris (1987), Lemos (1979) e Reis Filho (1978), transcendem este tipo de análise e incluem a avaliação de obras modestas que adquiriram significado artístico, histórico e cultural com o passar do tempo⁶. Porém não são suficientes para se traçar um quadro mais aprofundado das características tipológicas dos sobrados. O ‘Manual do Corredor Cultural’ faz uma introdução das características arquitetônicas dos sobrados e indica alguns procedimentos preliminares de conservação, com ênfase na recuperação de fachadas e coberturas. No livro ‘A Cor’, Hilton Berredo (1990) enfoca aspectos de pintura com destaque para as fachadas dos sobrados do Corredor Cultural.

As pesquisas não publicadas de Dora (1980) e Pedro (1981 e 1984) Alcântara possuem informações mais detalhadas e abrangentes dos sobrados do centro do Rio. O trabalho de Dora Alcântara sobre Praça XV e imediações, citado anteriormente, analisa

⁴ - O Escritório Técnico do Projeto Corredor Cultural foi criado em 1983 para dar suporte às intervenções de conservação da APAC de mesmo nome. Foi extinto em 2000 e hoje encontra-se na estrutura administrativa do DGPC.

⁵ - As APACs da AP1 são Corredor Cultural, Cruz Vermelha, SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), Teófilo Otoni, Santa Tereza, Cidade Nova, São Cristóvão e Paqueta.

com profundidade parte do conjunto de sobrados protegidos pelo Projeto Corredor Cultural que forma a ambiência de várias edificações de notáveis méritos artísticos e históricos tombadas pelos governos federal, estadual e municipal. Este estudo baseia-se principalmente em fontes primárias, localizadas nos principais arquivos e bibliotecas da cidade e que incluem projetos originais, fotografias de época, análise da legislação vigente, etc. Todos os dados empíricos ilustram com detalhes aspectos construtivos, composições estilísticas e características funcionais dos sobrados. Parte destes aspectos são parcialmente comparados com alguns manuais de ofícios da época. Esta correlação fica mais evidente no trabalho ‘Arquitetura e Urbanismo nas imediações da Praça XV’, apresentado pela autora no ‘II Congresso Brasileiro de História da Arte: Neoclássico e Ecletismo’, realizado no Rio de Janeiro em 1984⁷. No artigo, Dora (1984, p.8) faz a seguinte afirmação:

O Ecletismo nestes sobrados parece ser pouco mais que produto de acréscimo. A linguagem decorativa que procura contradizer a sobriedade do gosto anterior é, no entanto, retirada de um vocabulário clássico, com poucas inovações, parecendo resultar da utilização de manuais para decoradores ou estucadores, dos que eram então importados. A aplicação mais exata, sem grandes liberdades em relação aos modelos, parece particularizar essa arquitetura mais vulgar no Rio de Janeiro, em princípios deste século.

Pedro Alcântara adotou a mesma metodologia de pesquisa de Dora Alcântara nos trabalhos da SAARA (1981) e Rua da Carioca (1984) que analisam conjuntos arquitetônicos semelhantes, também situados no centro do Rio, na área de abrangência do Projeto Corredor Cultural. Sobre a influência dos manuais de ofícios, Pedro Alcântara (1981, p. 35) comenta que ‘nos manuais de instrução profissional do século XIX, destinados a mestres e oficiais são popularizadas regras de composição que merecem ser aqui transcritas porque elas informaram a atividade dessa multidão de profissionais que por toda segunda metade do século XIX e início do XX construíram a

⁶ - Sobre a definição de valor de conjunto ver Carta de Veneza (Cury, 2000, p. 92), Declaração de Amsterdã (ibid., p. 200) e Manifesto de Amsterdã (ibid., p. 212).

⁷ - Este texto foi publicado no mesmo ano na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (nº 20/1984), pp. 114-120.

feição da cidade do Rio de Janeiro e da área que particularmente nos interessa.’ Entretanto, Pedro Alcântara se limita a sugerir estas transcrições.

Annateresa Fabris também liga os manuais de ofícios com a produção arquitetônica de edificações paulistas com características tipológicas semelhantes aos sobrados do Rio. Sobre este assunto Fabris (1987, p. 285) faz o comentário adiante:

O ‘Vignola dos proprietários’, edição reduzida das ‘Cinco ordens de arquitetura’, acompanhada por um apêndice de Thiollet Filho, carpintaria, marcenaria e serralheria, é um livro de ampla circulação entre empreiteiros e mestres-de-obras, quase todos de origem italiana, responsáveis pela remodelação de bairros inteiros, resultantes da adaptação de modelos exemplares às circunstâncias locais e às exigências da residência unifamiliar.

Os trabalhos de Dora e Pedro Alcântara presumem que o uso do manuais de ofícios por profissionais da construção civil poderia ser uma das variáveis que interferiram na formação do conjunto arquitetônico dos sobrados. Esta pesquisa dará continuidade a estes trabalhos através do estudo de caso da influência de manuais de ofícios na composição de um grupo de sobrados de uma determinada área do centro do Rio. Os resultados da pesquisa contribuirão para o aprofundamento dos conhecimentos relativos às características arquitetônicas dos sobrados e o aprimoramento dos respectivos critérios de conservação.

2 - HIPÓTESE DE PESQUISA

Conforme descrito anteriormente, objetiva-se verificar a influência dos manuais de ofícios na composição arquitetônica dos sobrados das APACs da área central do Rio. O ponto de partida são as afirmações de Dora e Pedro Alcântara expostos no tópico anterior. Entretanto, a presente pesquisa pretende ser mais categórica em relação à conjectura, baseando-se em dados primários obtidos na investigação preliminar de alguns manuais de ofícios.

Os prefácios dos livros ‘Edificações’, ‘Materiais de Construção’, ‘Encanamentos e Salubridade’, ‘Terraplanagens e Alicerces’, ‘Alvenaria e Cantaria’, ‘Cerralheria Civil

[sic]’, de autoria de João Emílio Segurado (s.d.) e ‘Industria do Vidro’, de José Maria de Campos Mello (s.d.), volumes da parte de construção civil, da ‘Biblioteca de Instrução Profissional/BIP’, indicam evidências da aceitação destas publicações no Brasil. Segurado (s.d., prefácio) afirma que ‘tendo-se esgotado a terceira edição desta obra resolvem-se os seus editores publicar a presente quarta edição em que, para corresponder ao favorável acolhimento que a *Biblioteca de Instrução Profissional* [grifo do autor] tem merecido da parte do público português e brasileiro, se melhorou o seu texto, ampliando-o e modernizando-o.’

A aceitação da BIP no Rio de Janeiro fica mais evidente com a inclusão do regulamento para construção e reformas da cidade, o Decreto 391 de 1903, feita por João Emílio Segurado (s.d., pp. 176-194) no volume ‘Edificações’. Esta acolhida também pode ser verificada através da quantidade de exemplares desta coleção a venda nos sebos da cidade.⁸ Percebeu-se da mesma forma que a receptividade da BIP transcendia o Rio devido à presença de etiquetas de livrarias de outras cidades (Rio Grande, Curitiba e São João del Rei) em alguns exemplares da biblioteca particular do autor deste projeto.

A publicação ‘Auxiliar do Constructor’ de Cornélio de Barros e Azevedo Marques (1908) parece também que teve boa aceitação no Rio. No prefácio da terceira edição desta obra os autores fazem a citação a seguir:

Animado pela aceitação que teve o “Auxiliar do Constructor”, e atendendo á grande procura resolvemos fazer esta nova edição, correcta e melhorada com o concurso do Engenheiro Dr. Alfredo de Azevedo Marques, e ora a entregamos á publicidade, esperando que terá o bom exito das primeiras.

Mais adiante, ainda nesta mesma publicação (Azevedo e Marques, *ibid.*, p. 10), o marechal do exército, Visconde da Gávea, na Ordem do dia Número 1967, de 26 de dezembro de 1885, faz o seguinte comentário:

Tendo o Sr. major do corpo de engenheiros, Cornélio Carneiro de Barros e Azevedo, com a publicação de seu livro intitulado “Auxiliar do Constructor”,

⁸ - O autor do projeto desta pesquisa percorreu os principais sebos da cidade de 1984 a 1996 quando comprou os exemplares da série de construção civil da BIP. Neste período, era relativamente fácil obter estes livros. Entretanto, no momento, eles estão mais escassos.

prestado um bom serviço á causa publica, como foi declarado em portaria de 16 do corrente mez; é, em cumprimento do disposto na mesma portaria, louvado pela perseverança e proficiencia que desenvolveu na elaboração desse importante trabalho.

Estas evidências coletadas nestes livros, somadas as outras informações destacadas na literatura especializada, indicam que a hipótese da influência dos manuais de ofícios na composição dos sobrados do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX tem grande possibilidade de ser comprovada na prática, através da proposta do estudo de caso desta pesquisa que será detalhada a seguir.

3 - OBJETIVOS GERAIS

A comprovação da hipótese da pesquisa contribuirá para o aprimoramento da literatura disponível dos sobrados, tanto do ponto de vista histórico e tipológico, quanto da conservação. A descoberta de novos dados relativos às características arquitetônicas dos sobrados permitirá intervenções de conservação mais embasadas, conforme determinam os principais documentos internacionais (Cartas de Veneza, de Burra, Washington, etc.) e as políticas de conservação da ampla maioria dos países signatários da ‘Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural’, de 1972, patrocinada pela UNESCO, entre eles o Brasil. Os resultados da pesquisa poderão lançar luzes nos estudos de casos similares em outras cidades brasileiras que tenham tipologias arquitetônicas semelhantes.

4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pesquisa engloba três objetivos específicos que compõem a espinha dorsal da investigação da hipótese proposta. Eles são os seguintes:

- **Elaboração da base teórica da pesquisa**, que subdivide-se em:
 - revisão da literatura dos sobrados; e

- análise dos manuais de ofícios.
- **Estabelecimento da estratégia da pesquisa**, composta de:
 - delineamento da pesquisa; e
 - métodos de pesquisa.
- **Análise e interpretação dos resultados da pesquisa**, que se desenvolve em:
 - análise e apresentação dos dados coletados; e
 - exame dos resultados da pesquisa.

5 - ESTRUTURA DA PESQUISA

A estrutura da pesquisa é composta por cinco partes que subdividem-se em nove seções que refletem os objetivos específicos da pesquisa. Elas estão listadas a seguir:

- **PARTE I - BASE TEÓRICA DA PESQUISA**

A base teórica da pesquisa, que conduzirá as análises e interpretações dos dados necessários para a comprovação da hipótese se desenvolverá a partir da revisão da literatura dos sobrados e dos manuais de ofícios. A literatura a ser investigada compõe-se basicamente de fontes secundárias (livros, artigos, relatório de pesquisas, teses, etc.) nas áreas de conhecimento de arquitetura, investigações urbanas e conservação de edificações históricas (vide Anexo I). Os tópicos a serem avaliados são arquitetura brasileira, do Rio de Janeiro, legislação edilícia vigente na época da construção dos sobrados, contextualização dos sobrados (a produção do espaço urbano do Rio de Janeiro no período em que eles foram construídos), estudos específicos sobre as tipologias arquitetônicas dos sobrados e normas de conservação. Os estudos dos manuais englobam as investigações das origens destas publicações e avaliações dos principais exemplares do período através da análise de conteúdo deles comparadas com o quadro teórico desenvolvido na revisão da literatura dos sobrados.

- **PARTE II - ESTRATÉGIA DE PESQUISA**

A estratégia de pesquisa se constitui nos meios que serão utilizados para a comprovação na prática das influências dos manuais na composição arquitetônica dos sobrados. Ela subdivide-se no delineamento da pesquisa e nos métodos de pesquisa. O delineamento consiste no elo de ligação do *background* da pesquisa com a realidade concreta dos sobrados. Trata-se especialmente dos procedimentos adotados para a coleta dos dados necessários para a comprovação da hipótese. O tipo de delineamento escolhido é o estudo de caso. Segundo Antônio Carlos Gil (1989, p. 79), ‘este tipo de delineamento se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo. Permite também o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa.’

As unidades escolhidas para o estudo de caso definem-se através de amostragem por tipicidade. De acordo com Antônio Carlos Gil (ibid.) e Colin Robson (1999), este tipo de amostragem não é probabilística e pode ser obtido num subgrupo representativo de todo o universo da pesquisa. Dentre os manuais de ofícios da época da construção dos sobrados, optou-se pela escolha dos 15 volumes relativos à construção civil da ‘Biblioteca de Instrução Profissional/BIP’ em função dos dados apresentados na definição da hipótese da pesquisa. Além dos aspectos já expostos, a BIP foi publicada simultaneamente no Brasil e em Portugal e segundo Carlos Lemos (1979, p. 118), a grande maioria dos construtores dos sobrados era composta por mestres de obras portugueses.

A área de estudo será a APAC da Cruz Vermelha, situada no centro da Cidade do Rio de Janeiro. Esta APAC possui cerca de 700 edificações protegidas que se enquadram no termo ‘sobrado’ definido nesta pesquisa. Este conjunto arquitetônico é muito homogêneo e encontra-se razoavelmente caracterizado e conservado.

Os métodos de pesquisa resumem-se na seleção de instrumentos apropriados para a coleta e análise dos dados. A coleta de dados em campo se desenvolverá em quatro fases: levantamento dos projetos originais, identificação dos sobrados na Cruz Vermelha, inventário arquitetônico e avaliação da influência da BIP nos sobrados catalogados. O levantamento dos projetos originais se restringirá ao Arquivo da Companhia Estadual de Água e Esgoto/CEDAE, na qual a documentação é encontrada através do endereço atual das edificações. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/AGCRJ, a busca de projetos originais é dificultada pela necessidade de se

identificar a numeração original das edificações, que nem sempre é possível de ser concluída. Fotocópias de projetos na CEDAE são permitidas, já no AGCRJ são proibidas.

Os sobrados serão identificados através da síntese dos conhecimentos obtidos na revisão da literatura que serão comparados com as características arquitetônicas das fachadas principais. Esta catalogação inclui um levantamento fotográfico. O inventário das características arquitetônicas dos sobrados é mais abrangente, inclui fachadas, interiores e coberturas e se desenvolverá através de um formulário padronizado e pré-codificado com o objetivo de facilitar a análise dos dados coletados de natureza quantitativa. As variáveis, categorias e subcategorias serão selecionadas da revisão da literatura dos sobrados.

A coleta de dados para a avaliação da presença da BIP na Cruz Vermelha se processará através de um segundo formulário também padronizado e pré-codificado. As variáveis, categorias e subcategorias são essencialmente quantitativas e baseiam-se na categorização construída na avaliação dos volumes da BIP. A seção que agrupa estas variáveis precede-se de dados de identificação (número de ordem, localização, usuário, etc.). O inventário da BIP engloba todos os elementos arquitetônicos e técnicas construtivas dos sobrados. Não está prevista coleta de amostras para análises em laboratórios.

As avaliações dos dados coletados nos inventários das características arquitetônicas dos sobrados e da influência da BIP incluirão procedimentos da análise estatística descritiva, em especial análise de frequência (número de vezes que determinados fenômenos ocorrem) e cruzamento de dados (*cross-tabulation* entre as variáveis dos inventários arquitetônicos e da BIP). Esta análise é quantitativa e será feita no Statistical Package for Social Science/SPSS, que segundo Colin Robson (1999) e Loraine Blaxter *et al.* (1998), consiste num software de bastante aceitação na literatura de métodos de técnicas de pesquisa. O desenvolvimento da análise contará com o auxílio de especialista(s) em estatística. A avaliação das informações obtidas nos projetos originais não envolverão procedimentos estatísticos.

Os instrumentos de coleta e análise de dados serão testados previamente num estudo piloto que ocorrerá na APAC da Teófilo Otoni, também situada no centro do Rio e que possui características arquitetônicas e urbanísticas semelhantes à APAC da Cruz

Vermelha. Neste estudo piloto serão avaliadas a eficácia dos instrumentos de coleta de dados e a eficiência da matriz (*spreadsheet*) do SPSS, especialmente a definição das variáveis e a consistência dos *outputs*.

- **PARTE III - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Esta seção divide-se em duas partes: análise e interpretação dos dados. A análise dos dados se iniciará com a transferência dos dados catalogados em campo para a matriz do SPSS. A manipulação destes dados visa identificar a maneira como os sobrados se distribuem na Cruz Vermelha, quais são suas características arquitetônicas básicas e até que ponto a BIP está presente nesta APAC. A apresentação e a avaliação dos *outputs* do SPSS (tabelas e *pie-charts*) se basearão no quadro teórico desenvolvido na revisão da literatura dos sobrados e dos manuais de ofício. As informações dos projetos originais darão suporte sem tratamento estatístico ao cruzamento de dados dos inventários.

O produto destas análises serão comparados com os resultados de trabalhos similares avaliados na revisão da literatura. Esta contextualização possibilitará a verificação das implicações teóricas e metodológicas da pesquisa, assim também como a possibilidade de aplicação prática dos resultados alcançados.

- **PARTE IV - RESUMO E CONCLUSÕES**

O fechamento da pesquisa começa com a síntese das conclusões parciais obtidas nas Seções 2 à 8 das Partes I, II e III que compõem a estrutura da pesquisa. Nas considerações finais, os resultados obtidos serão apresentados. A pesquisa se finaliza com sugestões para investigações complementares.

6 - RESUMO DA ESTRUTURA DA PESQUISA

PREÂMBULO

1 - Introdução

1.1 - Definição do problema

1.2 - Hipótese de pesquisa

1.3 - Objetivos gerais

1.4 - Objetivos específicos

1.5 - Estrutura da pesquisa

PARTE I - BASE TEÓRICA DA PESQUISA

2 - Os sobrados na literatura

2.1 - O contexto nacional

2.2 - O contexto local

2.2.1 - Panorama da arquitetura do Rio de Janeiro

2.2.2 - Análise tipológica dos sobrados

2.2.3 - A legislação edilícia

2.3 - Da proteção à conservação dos sobrados

2.4 - Conclusão

3 - Os manuais de ofícios

3.1 - A origem dos manuais de ofícios

3.2 - Os manuais do período

3.3 - O conteúdo dos manuais

3.4 - Conclusão

PARTE II - ESTRATÉGIA DE PESQUISA

4 - O delineamento da pesquisa: o estudo de caso da APAC da Cruz Vermelha

4.1 - A opção pelo estudo de caso

4.2 - O perfil da APAC da Cruz Vermelha

4.3 - A Biblioteca de Instrução Profissional em detalhes

4.3.1 - Uma coleção de generalidades

4.3.2 - Os volumes da construção civil: pormenores dos tópicos abordados

4.3.2.1 - Tendências estilísticas

4.3.2.2 - Aspectos funcionais

4.3.2.3 - Técnicas construtivas

4.4 - Conclusão

5 - Os métodos de pesquisa

5.1 - Identificação dos sobrados da Cruz Vermelha

5.2 - Os instrumentos de coleta de dados

5.2.1 - Inventário dos sobrados

5.2.2 - A influência da BIP

5.3 - Os instrumentos de análise de dados

5.3.1 - Os procedimentos estatísticos adotados

5.3.2 - Analisando os dados no SPSS

5.5 - Conclusão

6 - Estudo piloto: testes dos instrumentos de coleta e análise de dados

6.1 - O perfil da APAC da Teófilo Otoni

6.2 - Os sobrados

6.3 - Avaliação da eficácia do instrumento de coleta de dados

6.4 - A eficiência da matriz do SPSS

6.5 - Conclusão

PARTE III - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

7 - Análise dos dados

7.1 - Distribuição dos sobrados na Cruz Vermelha

7.2 - Características arquitetônicas básicas dos sobrados

7.3 - A influência da BIP na Cruz Vermelha

7.4 - Conclusão

8 - Contextualizando os resultados da pesquisa

8.1 - Comparando os resultados do estudo de caso com a literatura dos sobrados

8.1.1 - Análises tipológicas específicas

8.1.2 - Normas de conservação

- 8.2 - Implicações teóricas
- 8.3 - Conseqüências metodológicas
- 8.4 - Aplicações práticas
- 8.5 - Conclusão

PARTE IV - RESUMO E CONCLUSÕES

9 - Síntese dos resultados da pesquisa

- 9.1 - Resumo
- 9.2 - Considerações finais
- 9.3 - Pesquisas complementares

7 - CRONOGRAMA DA PESQUISA

- 1 - Revisão da literatura: seis meses
- 2 - Pesquisa bibliográfica do estudo de caso seis meses
- 3 - Detalhamento dos instrumentos de coleta e análise de dados: três mês
- 4 - Estudo piloto: três meses
- 5 - Pesquisa de campo: nove meses
- 6 - Análise e interpretação dos dados: três meses
- 7 - Redação do relatório de pesquisa: seis meses

DURAÇÃO DA PESQUISA: 36 MESES

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1. ALCÂNTARA, Dora (1980). 'Praça XV e imediações', s. l., s. ed.
- 2. ALCÂNTARA, Dora (1984). Arquitetura e Urbanismo nas imediações da Praça XV, texto apresentado no 'II Congresso Brasileiro de História da Arte: Neoclássico e Ecletismo'.

3. ALCÂNTARA, Dora (1984). 'Praça XV e imediações', *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (n° 20/1984), pp. 114-120.
4. ALCÂNTARA, Pedro (1981). 'Estudo arquitetônico - SAARA', s. l., s. ed.
5. ALCÂNTARA, Pedro (1984). 'Rua da Carioca', s. l., s. ed.
6. BARROS, Cornelio de & MARQUES, Azevedo (1908). Auxiliar do Constructor, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
7. BERREDO, Hilton (1990). 'A Cor', Rio de Janeiro, RIOARTE.
8. BLAXTER *et. al.* (1998). How to research, Buckingham, Open University Press.
9. BRUAND, Yves (1981). Arquitetura Contemporânea no Brasil, São Paulo: Ed. Perspectiva.
10. CORONA, Eduardo & LEMOS, A. C (1972). Dicionário da Arquitetura Brasileira, São Paulo: EDART.
11. CZAJKOWSKI, Jorge (org.) (2000a). Guia da Arquitetura Colonial, Neoclassica e Romântica no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
12. CZAJKOWSKI, Jorge (org.) (2000b). Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
13. FABRIS, Annateresa (1987). Eclétismo na Arquitetura Brasileira, São Paulo: Nobel.
14. GIL, Antônio Carlos (1989). Métodos e técnicas de pesquisa social, São Paulo: Atlas.
15. LEMOS, Carlos A. C. (1979). Arquitetura Brasileira, São Paulo: Edições Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo.
16. MELLO, José Maria de Campos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Indústria do Vidro, Lisboa: Livraria Bertrand.
17. REIS FILHO, Nestor Goulart (1978). Quadro da Arquitetura no Brasil, São Paulo, Ed. Perspectiva.
18. ROBSON, Colin (1999). Real World Research - a resource for Social Scientist and Practitioner-Researchers, Oxford, Blackwell Publishers.
19. SANTOS, Paulo F. (1981). Quatro Séculos de Arquitetura, Rio de Janeiro, IAB/RJ.
20. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Alvenaria e Cantaria, Lisboa, Livraria Bertrand.
21. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Acabamentos das Construções, Lisboa, Livraria Bertrand.

22. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Cerralheria Civil, Lisboa, Livraria Bertrand.
23. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Materiais de Construção, Lisboa, Livraria Bertrand.
24. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Trabalhos de Carpintaria Civil, Lisboa, Livraria Bertrand.
25. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Encanamentos e salubridade, Lisboa, Livraria Bertrand.
26. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Terraplenagens e Alicerces, Lisboa, Livraria Bertrand.
27. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Cimento Armado, Lisboa, Livraria Bertrand.
28. SILVA, Geraldo Gomes da (1986). Arquitetura do ferro no Brasil, São Paulo, Nobel.
29. TELLES, Augusto Carlos da Silva (1980). Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

ANEXO I - BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR DA REVISÃO DA LITERATURA

1. Academia Hütte (1940). Hütte Manual del Ingeniero: Tomo III, Barcelona, Gustavo Gilli Editor.
2. ALCÂNTARA, Dora (1984). 'Praça XV e imediações', *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (nº 20/1984), pp. 114-120.
3. ALCÂNTARA, Pedro (1981). 'Estudo arquitetônico - SAARA', s. l., s. ed.
4. ALCÂNTARA, Pedro (1984). 'Rua da Carioca', s. l., s. ed.
5. BARBEROT, E. (1912). Traité de Constructions Civiles, Paris, Libraire Polytechnique.
6. BARROS, Cornelio de & MARQUES, Azevedo (1908). Auxiliar do Constructor, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
7. BRUAND, Yves (1981). Arquitetura Contemporânea no Brasil, São Paulo, Ed. Perspectiva.
8. COLARES, José Pedro dos Reis (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Manual do Marceneiro, Lisboa, Livraria Bertrand.
9. Comissão de Patrimônio Cultural (1996). Bibliografia sobre Conservação e Restauração de Bens Culturais, São Paulo: USP.
10. CORONA, Eduardo & LEMOS, A. C (1972). Dicionário da Arquitetura Brasileira, São Paulo, EDART.
11. CURY, Isabelle (org.) (2000). Cartas Patrimoniais, Segunda Edição, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
12. CZAJKOWSKI, Jorge (org.) (2000a). Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
13. CZAJKOWSKI, Jorge (org.) (2000b). Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
14. CZAJKOWSKI, Jorge (org.) (2000c). Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
15. DENFER, J. (1893). Couverture des Édifices, Paris, Gauthier-Villars et Fils.

16. Departamento Geral de Patrimônio Cultural (1991). Manual de Obras em Edificações Preservadas Vol. 1, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.
17. Departamento Geral de Patrimônio Cultural (1991). Cadernos de Patrimônio Vol. 1, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.
18. Departamento Geral de Patrimônio Cultural (1992a). Cadernos de Patrimônio Vol. 2, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
19. Departamento Geral de Patrimônio Cultural (1992b). Cadernos de Patrimônio Vol. 3, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.
20. Departamento Geral de Patrimônio Cultural (1994). Cadernos de Patrimônio Vol. 4, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.
21. Departamento Geral de Patrimônio Cultural (2000). Guia do Patrimônio Cultural Carioca, Bens Tombados, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
22. DERENJI, Jussara da Silveira (org.) (1993). Arquitetura do Ferro: memória e questionamento, Belém, Ed. da Universidade Federal do Pará.
23. ESSELBORN, C. (1929a). Tratado General de Cosntrucción, Construcción de Edificios, Tomo I, Barcelona, Gustavo Gili Editor.
24. ESSELBORN, C. (1929b). Tratado General de Cosntrucción, Construcción de Edificios, Tomo II, Barcelona, Gustavo Gili Editor.
25. FABRIS, Annateresa (1987). Ecletismo na Arquitetura Brasileira, São Paulo, Nobel.
26. FERREIRA, Alberto de Castro (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Manual do Electricista, Lisboa, Livraria Bertrand.
27. FONSECA, Maria Cecília Londres (1997). O Patrimônio em processo, Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN.
28. FÜLLER, Josef (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Manual do Formador e Estucador, Lisboa, Livraria Bertrand.
29. FÜLLER, Josef (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Elementos de Modelação de Ornato e Figura, Lisboa, Livraria Bertrand.
30. ICOMOS Brasil (1987). Anais do Primeiro Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos, s.l., s.e.
31. ICOMOS Brasil (1998). Revista do ICOMOS Brasil 1998: aspectos urbanos, históricos e legais da preservação no Brasil, São Paulo, ICOMOS Brasil.

32. Instituto dos Arquitetos do Brasil/IAB (1981). Primeiro Encontro de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais, s.l., s.e.
33. Instituto Municipal de Arte e Cultura (1985). Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel, Rio de Janeiro, RIOARTE/IPLANRIO.
34. Instituto Municipal de Arte e Cultura (1990). A Cor, Rio de Janeiro, RIOARTE.
35. Instituto Municipal de Arte e Cultura (1992). Não deixe o fogo destruir o seu e nosso patrimônio, Rio de Janeiro, RIOARTE.
36. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2000). Manual de conservação de Cantarias, Brasília, Ministério da Cultura, Programa Monumenta-BID.
37. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2000). Cadernos Técnicos N° 1, Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta-BID.
38. LEMOS, Carlos A. C. (1978). Cozinhas, etc., São Paulo, Ed. Perspectiva.
39. Lemos, Carlos A. C. (1979). Arquitetura Brasileira, São Paulo, Edições Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo.
40. LEMOS, Carlos A. C. (1985). Alvenaria Burguesa, São Paulo, Nobel.
41. LEVI, C. (1910). Fabbricati Civili di Abitazione, Milano, Urico Hoepli Editore.
42. LEVI, C. (1926a). Construcciones Civiles, Tomo I, Barcelona, Gustavo Gili Editor.
43. LEVI, C. (1926b). Construcciones Civiles, Tomo II, Barcelona, Gustavo Gili Editor.
44. MELLO, José Maria de Campos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Indústria do Vidro, Lisboa, Livraria Bertrand.
45. Ministério da Educação e Cultura/UsP (1975). Arquitetura Civil I - Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, Ed. da USP, 1975.
46. Ministério da Educação e Cultura/UsP (1975). Arquitetura Civil II - Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, Ed. da USP.
47. Ministério da Educação e Cultura/UsP (1975). Arquitetura Civil III - Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, Ed. da USP.

48. Ministério da Educação e Cultura/UsP (1975). Arquitetura Oficial I - Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, Ed. da USP.
49. Ministério da Educação e Cultura/UsP (1975). Arquitetura Oficial II - Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, Ed. da USP.
50. MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.) (1998). Inventários de Identificação, Rio de Janeiro, IPHAN.
51. PACE, Maria Chiavari (1998). Rio de Janeiro: Preservação e Modernidade, Rio de Janeiro, Sextente.
52. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (s.d.). Rio, Guia para uma história urbana (Rio Colonial, Neoclássico, Art Nouveau/Art Deco, Eclético, Contemporâneo e Natureza), Rio de Janeiro, Fundação Rio.
53. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (1993). Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo.
54. REAL, Raul Boaventura (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Vocabulário de Termos Técnicos, Lisboa, Livraria Bertrand.
55. REIS FILHO, Nestor Goulart (1968). Evolução Urbana do Brasil - 1500/1720, São Paulo, Ed. da USP.
56. REIS FILHO, Nestor Goulart (1978). Quadro da Arquitetura no Brasil, 4ª ed., São Paulo, Ed. Perspectiva.
57. RODRIGUES, José Wasth (1979). Documentário Arquitetônico relativo à antiga construção no Brasil, São Paulo, Ed. da USP.
58. SANTOS, Paulo F. (1981). Quatro Séculos de Arquitetura, Rio de Janeiro, IAB/RJ.
59. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Alvenaria e Cantaria, Lisboa, Livraria Bertrand.
60. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Acabamentos das Construções, Lisboa, Livraria Bertrand.
61. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Cerralheria Civil, Lisboa, Livraria Bertrand.
62. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Materiais de Construção, Lisboa, Livraria Bertrand.

63. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Trabalhos de Carpintaria Civil, Lisboa, Livraria Bertrand.
64. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Encanamentos e salubridade, Lisboa, Livraria Bertrand.
65. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Terraplenagens e Alicerces, Lisboa, Livraria Bertrand.
66. SEGURADO, João Emílio dos Santos (s.d.). Biblioteca de Instrução Profissional: Cimento Armado, Lisboa, Livraria Bertrand.
67. SILVA, Geraldo Gomes da (1986). Arquitetura do ferro no Brasil, São Paulo, Nobel.
68. SISSON, Raquel (1979). Patrimônio Histórico, uma experiência no Rio de Janeiro: O inventário de Bens Imóveis de Interesse Histórico e Artístico: objetivos, métodos e resultados, Rio de Janeiro, Edição do Autor.
69. SMITH, Robert C. (1979). Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira, Recife, Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1979.
70. SOUZA, Alberto (1994). Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame, São Paulo, Pini Editora.
71. SPHAN/Pró-Memória (1980a). Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos: análise face à experiência francesa, Brasília, Ministério da Educação e Cultura.
72. SPHAN/Pró-Memória (1980b). Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, Brasília, MEC.
73. TELLES, Augusto Carlos da Silva (1980). Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
74. Universidade Federal de Pernambuco (1995). Estratégias de intervenção em áreas históricas, Recife, Ed. Universitária da UFPE.
75. VASCONCELLOS, Joaquim (1907). Biblioteca de Instrução Profissional: Indústria de Cerâmica, Lisboa, Livraria Bertrand.
76. VASCONCELOS, Sylvio de (1979). Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos, Belo Horizonte, Ed. da UFMG.
77. VINHOLA, (s.d.). Tratado Pratico Elementar de Architectura ou Estudo das Cinco Ordens, Paris, Livraria Garnier.
78. WALBE, H. (1927). Construcciones en ladrillo y piedra, Barcelona, Editorial Labor.